

## PENSAMENTO E LINGUAGEM

Maria da Penha VILLALOBOS \*

---

**RESUMO:** Partindo da admissão de uma estreita relação entre pensamento e linguagem, o artigo destaca a importância do papel a ser desempenhado pela escola no desenvolvimento verbal. A partir daí o autor se pergunta se a escola está, de fato, desempenhando tal papel. Ao concluir negativamente, procura o artigo apontar as causas mais importantes do malogro da escola em contribuir para a solução do problema da "geração sem palavras".

**PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento. Linguagem.

---

Não pretendo neste artigo retomar a velha e discutida questão que consiste em saber qual é o antecedente e qual o conseqüente, isto é, não importa neste momento discutir se o pensamento precede a linguagem e esta não passa de um instrumento a ser empregado para a expressão daquele ou, ao contrário, se é preciso esperar que a linguagem surja para que o pensamento possa organizar-se. Deixarei também de lado, deliberadamente, o problema que consiste em saber se a linguagem é constitutiva do pensamento ou se ela é apenas uma expressão deste, que se organizaria independentemente daquele. Admitirei apenas, como ponto de partida, a existência de uma íntima relação entre o plano do pensamento e o da linguagem.

Aceita a existência de tal relação, a qual me parece óbvia e por isso passível de ser admitida sem qualquer discussão que a justifique, creio ser possível afirmar que, se assim é, torna-se inegável que uma das tarefas prioritárias da escola consiste em promover o desenvolvimento da linguagem.

Aparentemente, até agora, limitei-me a dizer coisas dignas de um conselheiro Acácio, uma vez que nunca ninguém pôs em dúvida a existência de uma íntima relação entre pensamento e linguagem, bem como o

---

\* Professor Adjunto, Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, Faculdade de Educação, USP.

dever da escola diante do processo de aprendizagem da língua. O que pretendo discutir porém não são essas duas afirmações, mas se está a escola desempenhando a sua função nesse campo e como está ela agindo.

Todos nós conhecemos a influência que foi exercida sobre a educação pelo movimento da assim chamada "Escola Nova". O trabalho realizado pelos pioneiros da escola ativa, bem como por seus seguidores, nas últimas décadas, contra o ensino considerado como exclusivamente livresco e verbalizante foi, sem dúvida, um momento importante na história dos movimentos pedagógicos. Alguns de nós, pelo menos os mais velhos, ainda nos lembramos dos excessos cometidos por alguns professores nesse sentido. Não ponho, portanto, em dúvida, a importância da atividade, da ação para que o processo de aprendizagem possa ocorrer de forma eficaz. Mas creio que é chegado o momento de se proceder a um balanço do passado, aqui entendido como o momento caracterizado pelo uso exclusivo do método expositivo, e do presente que se entenderá como marcado por um repúdio total de qualquer tipo de exposição, e pelo uso dos "métodos ativos".

Sem dúvida alguma, esse passado, a que eu acabei de me referir, na medida que exigia dos educandos apenas a repetição das palavras do professor ou do texto empregado como subsídio às aulas dadas, é condenável por não levar em consideração as inúmeras atividades que podem e devem ser desenvolvidas pelo educando para que o processo de aprendizagem se realize com eficácia. Mas, por outro lado, creio que é uma tolice muito grande supor que é possível ocorrer o processo de pensar em alguém que carece do meio adequado para sua expressão, isto é, da linguagem.

É nesse sentido que acreditei ser importante colaborar com o esforço que vem sendo feito no sentido de desmascarar alguns mitos da pedagogia contemporânea e que resultam, a meu ver, da má compreensão de alguns postulados básicos do movimento que se tornou conhecido pelo nome de "Escola Ativa" ou "Escola Nova".

Quando os pioneiros da Escola Nova começaram a incentivar os processos pedagógicos empregados pela escola tradicional, eles pretendiam apenas atacar os excessos cometidos e não a supressão completa de qualquer atividade lingüística. É preciso lembrar também que, na época, mesmo em países economicamente mais desenvolvidos, apenas crianças de um nível sócio-econômico relativamente alto tinham acesso à educação sistemática. Assim sendo, a tarefa de proporcionar ao educando um nível satisfatório de domínio da linguagem podia ser desempenhada, a contento, no lar. Isto, sem dúvida alguma, contribuiu para que se pensasse que a escola poderia, sem prejuízo dos educandos, pôr em um segundo plano o desenvolvimento da linguagem.

Ainda que os teóricos da escola ativa tivessem preconizado, então, um abandono total das aulas expositivas ministradas pelo professor e dos exercícios realizados pelos alunos, exercícios estes que procuravam garantir que os alunos fossem capazes não apenas de compreender as exposições feitas pelo professor, como também que eles estivessem habilitados a cons-

truir um discurso lógico e coerente, a situação nova hoje encontrada nas escolas nos obrigaria a rever tal proposta.

Mesmo em um país economicamente subdesenvolvido como o nosso, o acesso à escola, pelo menos nos grandes centros urbanos, por parte da população de baixa renda fez com que a escola se visse obrigada a desempenhar uma tarefa educativa muito mais ampla e profunda e, conseqüentemente, muito mais difícil.

Entre essas tarefas se inclui, a meu ver, prioritariamente, o desenvolvimento da linguagem. Se por um lado, tal programa pode parecer, à primeira vista, de fácil execução uma vez que ele poderia ser obtido mediante uma volta e uma revalorização dos antigos procedimentos empregados pela pedagogia das aulas expositivas, dispensando portanto a aquisição de complexos e caros equipamentos, por outro lado, ele parece se ter tornado uma meta de complexa, e praticamente impossível, execução. A principal dificuldade reside no fato de que uma exposição pressupõe necessariamente um expositor e onde poderemos nós encontrar hoje, em número suficiente, professores capazes de fazer, com clareza e correção, uma exposição sobre um tema qualquer de suas pretensas especialidades? Quando pensamos que a atual geração de professores, com raras exceções, em virtude de sua idade, já foi vítima dos mesmos processos pedagógicos que estamos criticando, torna-se fácil compreender por que uma volta ao ensino expositivo pode apresentar-se como uma tarefa quase impossível.

Até o momento, permaneci em um plano exclusivamente teórico, admitindo que haja por parte dos responsáveis pela educação brasileira um sincero desejo de construir uma escola na qual todos tenham acesso àquilo que, para mim, constitui um dos traços fundamentais do ser humano: o domínio da função simbólica. Mas será que tal presunção é correta? Quando pensamos, ainda que rapidamente, nos imensos interesses que se escondem por trás da tarefa que consiste em transformar o ser humano em um simples objeto, em alguém incapaz de falar e escrever segundo os padrões do discurso lógico, parece-nos que o problema deve ser repensado e que o princípio de que partíramos era falso.

Senão vejamos: já os inventores da gramática e da retórica propunham duas alternativas básicas: ou a arte de falar é privativa de uma corporação de líderes que a usa para convencer o povo ou ela deve ser estendida a todos para que possam defender-se dos manipuladores da opinião pública. É claro que se admitimos que tal situação perdura até hoje, é evidente que para as classes políticas dominantes a segunda alternativa é algo pouco desejável e que deve ser evitada a qualquer custo. Do ponto de vista dos interesses econômicos, a situação se repete. No admirável mundo novo das comunicações, com seus "slogans", suas palavras de ordem, seus apelos irracionais ao consumo, quanto mais incapaz de defesa for o público ouvinte, melhores serão os resultados alcançados. Assim sendo, creio que podemos, sem medo de errar, afirmar que aqueles que poderiam, de uma certa forma, atuar no sentido de imprimir uma mudança de rumo da atual situação escolar estão, de forma consciente ou não, mais

interessados na manutenção, e talvez até no agravamento, do atual quadro do que em uma reforma que permita a superação do drama da "geração sem palavras".

No ano de 1984, quando tanto já se escreveu a propósito de George Orwell, não poderíamos deixar de prestar uma homenagem ao lúcido escritor inglês, mencionando o ensaio em que ele trata deste problema. Em seu "Politics and the English Language"<sup>1</sup>, ele nos apresenta uma brilhante análise do que estava ocorrendo com a língua inglesa, bem como das conseqüências de tal processo. Não pretendo aqui transcrever na íntegra o conteúdo de tal ensaio. Prefiro aconselhar ao eventual leitor deste artigo que leia o próprio Orwell; quero apenas registrar que tudo aquilo que ele nos diz acerca da prosa inglesa contemporânea e que ele supõe estar ocorrendo também com o francês, o alemão e o italiano, está, sem dúvida, ocorrendo com o português, pelo menos com a língua portuguesa usada no Brasil. Em uma de suas passagens, Orwell aponta alguns exemplos de chavões que, embora empregados à saciedade, carecem de qualquer sentido. Ao ler este trabalho, ocorreu-me imediatamente um exemplo semelhante muito comum entre nós. É o célebre "*não raciocínio sobre hipóteses*" tão ao gosto de nossos políticos e burocratas. Ora, tendo em vista que todo e qualquer pensamento científico só pode efetuar-se sobre hipóteses, a expressão constituiria um belo exemplo de expressão vazia de conteúdo e carente de lógica, capaz apenas de produzir um sorriso escarninho, quando não uma gargalhada hilariante, naqueles que a ouvissem. Infelizmente, porém, não é isso que ocorre. O emprego generalizado da expressão está a indicar que poucos são aqueles capazes de perceber a bobagem que ela contém. Creio que seu êxito só pode ser explicado se admitirmos que, em um certo momento, um "idiota da objetividade" (como diria Nelson Rodrigues), cunhou-a e empregou-a em um discurso qualquer e seu público fiel, ignorante demais para perceber que a expressão carecia de sentido, pôs-se a aplaudir e imitar seu primeiro autor. Ainda a propósito de expressões constantemente repetidas e do jargão próprio de certas ideologias ou de certas disciplinas, ele nos mostra de forma magistral como o resultado disso tudo consiste em tornar a expressão do pensamento vaga e desleixada. Mas, prossegue ele, esta forma de escrever é muito atraente porque ela é muito fácil. "É mais fácil — até mesmo mais rápido, depois que se adquiriu o hábito — dizer *Em minha opinião, não é uma admissão injustificável* que do que dizer *Eu penso*."<sup>2</sup>

Muitos daqueles que assim escrevem, provavelmente, o fazem por não saber como expressar-se de outra forma; outros, o fazem por medo de afastar-se dos padrões estabelecidos pela moda vigente, mas há aqueles que o fazem deliberadamente com intuídos inconfessáveis. "Em nosso tempo", nos diz George Orwell, "o discurso e o texto político são, em grande

(1) In "Readings for Liberal Education", Edited by Louis G. Locke, William M. Gibson e George Arms; Holt, Rinehart and Winston Ed. 1966, 4.º ed.

(2) op. Cit. pág. 131

parte, a defesa do indefensável. Coisas como a continuação do domínio inglês na Índia, os expurgos e deportações na Rússia, as bombas atômicas lançadas sobre o Japão, podem, de fato, ser defendidas, mas apenas com argumentos por demais brutais para serem encarados por muitas pessoas e que não se enquadram nos objetivos admitidos pelos partidos políticos. Assim sendo, a linguagem política tem que ser constituída, em grande parte, de eufemismos, petições de princípios e de meras imprecisões nebulosas<sup>1</sup>. Ora, basta que substituamos no texto de Orwell os exemplos concretos por alguns acontecimentos mais recentes (o que vem ocorrendo no Afeganistão e no Líbano poderiam fornecê-los em quantidade) para termos uma perfeita descrição dos atuais discursos políticos.

Como vemos, creio que não é preciso que eu me alongue mais, pois tudo leva a crer que não há, de fato, nenhum interesse real em se atuar no sentido de promover uma escola capaz de formar seres "falantes" e conseqüentemente pensantes.

Mas será que tal posição seria endossada apenas por aqueles que, na condição de detentores do poder, não admitem que tal posse se veja ameaçada?

Haveria, paralelamente à posição dos políticos e burocratas, algum outro grupo, que assumisse e defendesse uma posição diversa?

No que tange à comunidade acadêmica, por exemplo, ainda que não possamos afirmar que a totalidade de seus membros adote uma posição semelhante à dos burocratas e políticos, acredito que um número significativo de seus membros, ainda que por razões diversas, é contrário a medidas que levem a uma melhoria da atuação da escola neste setor. Procurarei, em seguida, analisar a atuação desse grupo diante do problema da deterioração da linguagem.

Os lingüistas esposam um ponto de vista segundo o qual eles devem estudar indistintamente todos os casos de expressão lingüística, independentemente de sua correção ou de sua precisão. É óbvio que para um cientista esta é a posição correta. Não podemos imaginar que uma ciência comece por definir seu objeto ou seu campo de estudo a partir de juízos de valor. A ciência só deve expressar-se por juízos de realidade e as expressões verbais ou escritas são um fato real, patente que aí estão para serem estudadas, quer sejam elas corretas ou incorretas, precisas ou imprecisas, belas ou feias. Portanto, até aqui, nada vejo de criticável na atuação desenvolvida pelos lingüistas.

Ocorre, porém, que a partir desta posição teórica legítima, muitos professores responsáveis pelo ensino da língua, em virtude do fato de serem eles também aprendizes de lingüística, endossam a idéia de que não lhes compete distinguir entre os bons e os maus produtos apresentados pelos alunos, uma vez que todos eles são expressões lingüísticas. Ora, a posição assumida pelos lingüistas era, como dissemos, perfeitamente aceitável do

---

(1) op. Cit. pág. 133

ponto de vista teórico. Do ponto de vista prático, porém, isto é, se considerarmos a linguagem escrita ou falada como meio de expressão do pensamento, torna-se evidente que devemos estabelecer diferenças entre os vários exemplos. É claro portanto que o professor que não levar em consideração este aspecto e que, conseqüentemente, não agir no sentido de fazer com que todos os seus alunos possam expressar-se de forma clara e compreensível, estará fugindo de sua principal tarefa.

Mas não é só por razões de confusão teórica que muitos professores são levados a encarar como equivalentes toda e qualquer expressão verbal, independentemente de critérios de avaliação. Há também fortes e poderosas razões ideológicas atuando nesse sentido e neste caso torna-se muito mais difícil do que no anterior levar o professor a desfazer seu equívoco. Não pretendo discutir aqui os escusos e inconfessáveis interesses que muitas vezes se escondem por trás de determinadas afirmações ideológicas, mas apenas aquelas posições cujos autores estão sinceramente convencidos de estarem defendendo aquilo que lhes parece ser o melhor. Um destes casos parece enquadrar-se muito bem naquilo que eu acabo de dizer. Tal caso decorre de uma incompreensão do que deva ser uma democracia autêntica. Sem pretender discutir qual seja o verdadeiro significado da palavra democracia, creio que podemos aceitar que um traço sempre presente em uma verdadeira democracia é o da igualdade de direitos para todos os cidadãos. Ora, essa igualdade de direitos não pretendeu nunca ser uma nivelção de todos os indivíduos, mas esta parece ser a compreensão predominante do termo democracia. Como conseqüência, generalizou-se a idéia de que a escola verdadeiramente democrática é aquela que produz indivíduos iguais.

A partir deste ideal, muitas vezes proposto de forma explícita e consciente, outras, de maneira apenas perceptível, embora não expressa, organizou-se todo um sistema que levasse a escola a atingir essa meta. Este objetivo, todavia, esbarrava em uma dificuldade concreta. Os homens de carne e osso não nascem iguais e ainda não se desenvolveu uma engenharia genética capaz de nos proporcionar tal resultado. Assim sendo, é inegável que alguns revelar-se-ão mais capazes do que outros. O que fazer então para se atingir a meta pretendida? A única solução parece ser aquela que estabelecesse o nivelamento por baixo, isto é, dada a impossibilidade de se conseguir que os menos capazes atinjam o padrão de desempenho dos mais dotados, só resta trabalhar em sentido contrário. Por meio de uma diminuição do nível de exigências, aceitando como equivalentes todos os resultados, adotando um sistema de promoção automática, coibindo os mais habilitados, taxando toda e qualquer superioridade de elitista e conseqüentemente de fascista, construiremos aquela escola ideal em que todos serão iguais. Não importa aos defensores destas idéias o fato de que, com isto, eles estarão fechando para seus alunos inúmeras portas. Um rápido exame nos revela que em todas as sociedades, não importando sua forma de organização política, certos tipos de atividades são, e serão sempre, privativas daqueles que apresentarem um certo nível de desempenho e que, assim sendo, competiria à escola, principalmente

à escola pública, universal e gratuita, trabalhar no sentido de proporcionar a seus alunos condições que lhes permitam atingir esse padrão de desempenho. A verificação de que nem todos se revelam capacitados para tanto não altera a obrigação de atuar no sentido de ajudar aqueles que se mostram aptos.

Como vemos, não são apenas os políticos e os tecnocratas que não se mostram dispostos a enfrentar o problema da organização de uma escola eficiente, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem. A posição destes últimos, como vimos, poderia ser explicada por um processo de defesa de seus interesses pessoais de classe. Mas há também por parte dos intelectuais, de quem poderíamos esperar, pelo menos por dever de ofício, uma maior lucidez, uma atividade equivocada. Dentre estes, há, como vimos, aqueles que assim agem levados por uma confusão teórica, entre a atividade do lingüista e a do professor de português, há ainda aqueles cujo procedimento pode ser explicado por opções ideológicas, mas há ainda um terceiro grupo ao qual ainda não nos referimos e que agiria sob a influência de posições epistemológicas e filosóficas mal delineadas.

A influência de B. F. Skinner sobre a pedagogia contemporânea constitui, a meu ver, a causa principal de tais equívocos. O psicólogo americano (como já tive ocasião de afirmar em meu trabalho "A Geração das Palavras") adota uma epistemologia empirista que acaba por descambar para um nominalismo estrito estabelecendo uma separação total entre as coisas e a linguagem que as expressa. A partir desta idéia, podemos supor um dualismo que nos leva a ver na linguagem um mero veículo e não um elemento constitutivo do saber, dualismo do qual decorrerá necessariamente uma bandeira pedagógica simplista que consiste em advogar a supressão do ensino livresco e verbalista, o qual será substituído por uma aprendizagem direta das coisas, como se estas tivessem para nós uma independência completa em relação à linguagem que as expressa. Uma posição como esta conduz, inevitavelmente, ao abandono do ensino da linguagem, pois esta não é mais vista como condição necessária e imprescindível para os demais tipos de aprendizagem.

Tendo em vista a situação presente do ensino, vemos que se está tornando cada vez mais difícil invertermos a ordem do processo em curso para chegarmos a construir uma escola na qual o desenvolvimento da linguagem ocupe o papel prioritário que ele deve ter em qualquer sistema educacional. Mas creio porém que, se aqueles dentre nós que ainda vêem na linguagem um instrumento essencialmente humano, e que revela a superioridade do homem sobre as outras espécies, não nos organizarmos para que algo seja feito no sentido de se devolver à escola a sua função precípua nesse campo, poucas esperanças restarão. Só ensinando os educandos a falar e a escrever segundo os padrões do discurso lógico é que poderemos prepará-los para que, de um lado, se defendam da linguagem condicionante dos detentores do poder e, de outro, se tornem capazes de obter um verdadeiro conhecimento das coisas, considerando que não pode haver pensamento sem linguagem.